**INFORMAÇÃO SOBRE O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DE CLIENTES E FORNECEDORES**

**Ao abrigo dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de Abril**

**REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD) DA UNIÃO EUROPEIA (UE)**

São fornecidas as seguintes informações sobre o tratamento de dados pessoais transmitidos à Empresa:

**1. Responsável pelo Tratamento de Dados e Proteção de Dados**

O Responsável pelo Tratamento de Dados é a empresa **MARCOLIN PORTUGAL – Artigos de Óptica, Unipessoal, Lda.**, NIPC 502 671 777, com sede em Rua Quinta das Conselheiras, n.º 2-B Loja, Monte da Caparica, 2825-146 Caparica, Portugal (por uma questão de brevidade designada "a **Empresa**").

Atenta a actividade comercial desenvolvida pela **Empresa** e as operações que realiza, a mesma não se encontra obrigada à designação de Encarregado de Protecção de Dados.

A **Empresa** nomeou como seu representante, em matéria de tratamento de dados, JOÃO DANIEL DIAS MARQUES, que pode ser contactado através do endereço [jmarques@marcolin.com](mailto:jmarques@marcolin.com)

**2. Tipo de dados tratados, finalidades e base jurídica para o tratamento**

A **Empresa.** procederá à recolha de dados passíveis de consubstanciar dados pessoais (nomes, moradas, outros elementos e identificação e informações pessoais, função, endereços postais e de e-mail e outros contactos), que lhe sejam fornecidos pelo interessado/titular ou com autorização deste, na qualidade de cliente, fornecedor, prestador de serviços, representante ou trabalhador de qualquer um destes, exclusivamente para efeitos do estabelecimento, manutenção e gestação da relação contratual, suas obrigações e facturação.

Salvo oposição expressa do titular, os endereços de e-mail também poderão ser utilizados para a transmissão de informações comerciais relacionadas com o contrato.

A finalidade para o tratamento dos dados é, portanto, a do cumprimento de obrigações contratuais e legais, bem como a do envio de informações comerciais por e-mail, a qual a **Empresa** se obriga a respeitar, nos termos impostos pelo art. 46.º da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto.

**3. Divulgação de dados a terceiros - Destinatários dos dados**

A **Empresa** poderá divulgar os dados recolhidos, sempre que, no quadro das referidas finalidades, tal se mostre necessário. Concretamente a: a) fornecedores, consultores externos, prestadores de serviços (serviços de transporte, serviços de marketing, serviços de TI, serviços de contabilidade, serviços jurídicos e de cobrança de dívidas, agentes e seus representantes), instituições bancárias e financeiras, órgãos de controlo e fiscalização; b) organismos e entidades públicas (Tribunais, Autoridade Tributária e Aduaneira, etc); c) Outras empresas do Grupo.

Sem embargos das obrigações, em matéria de protecção de dados, assumidas contratualmente pelas empresas e entidades privadas contratadas pela **Empresa**, atinentes ao cumprimento das imposições legais e de garantia de tratamento de dados pessoais que lhes possam ser fornecidos pela **Empresa**, todos os fornecedores e prestadores de serviços (privados) contratados têm conhecimento e encontram-se abrangidos pelas orientações constantes da presente nota informativa.

**4. Transferência de dados para países terceiros**

A **Empresa** não adopta uma política de transferência de dados para países terceiros.

Contudo, caso tal se venha a ter por necessário, a transferência dos dados recolhidos para países terceiros será efetuada de acordo com as normas relativas à transferência de dados para países terceiros aplicáveis no momento da transferência.

**5. Métodos de processamento e tempos e critérios de retenção de dados**

Os dados tratados, seja em formato impresso ou digital, serão conservados pelo período necessário para a realização das finalidades acima indicadas e, após o cumprimento desses fins, pelo prazo fixado por lei relativo à conservação de documentos contabilísticos, contratos e dados administrativos e prazos de prescrição e caducidade que se possam ter por aplicáveis. Os dados para a transmissão de comunicações comerciais serão utilizados até que o titular dos dados retire o consentimento.

**6. Transmissão de Dados**

A **Empresa** processa a transmissão dos dados quando obrigatória para a realização do contrato e para fins legalmente previstos. Pelo que, a não transmissão de dados tornará impossível o cumprimento das finalidades acima referidas. Diversamente, o tratamento para a transmissão de comunicações comerciais é opcional, podendo o titular dos dados opor-se a esse tratamento.

**7. Direitos do titular dos dados pessoais, retirada de consentimento e reclamação à Autoridade de controlo**

O titular dos dados tem o direito de solicitar o acesso aos seus dados pessoais, retificação, cancelamento e restrição dos dados, de se opor ao tratamento e de exercer o direito à portabilidade dos dados a qualquer momento, sempre que, comprovadamente, a mesma se mostre justificada, legalmente admissível e não prejudique ou faça perigar a execução e o exercício de direitos conexos com os contratos celebrados. Bem como o de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sendo que essa retirada de consentimento não afeta a licitude do tratamento realizado anteriormente.

Em caso de infração pela **Empresa**, assiste ao titular dos dados o direito de apresentar queixa junto de uma autoridade de controlo, nomeadamente no Estado-Membro da sua residência habitual, local de trabalho ou local da alegada infração.

No caso de Portugal, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) é a autoridade de controlo nacional para efeitos do RGPD e da Lei de Protecção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto).

Pelo que, sem prejuízo do direito de apresentação de queixa à CNPD, o titular dos dados poderá recorrer a meios de tutela administrativa, designadamente de cariz petitório ou impugnatório, para garantir o cumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

**8. Perfis e processos automatizados de tomada de decisão**

O processamento não é realizado utilizando processos de tomada de decisão automatizados (por exemplo, perfis).

**9. Contactos e perguntas**

Envie um e-mail para o endereço indicado a seguir para receber a lista completa dos representantes designados para cada área e atividade e dos Processadores de Dados, para obter mais informações sobre a transferência de dados para países fora da UE, sobre os mecanismos e a proteção da transferência de dados, retificação, cancelamento, restrição, objeção, portabilidade: [infoportugal@marcolin.com](mailto:infoportugal@marcolin.com).